

Povos indígenas e Epagri no Microbacias 2: um novo aprendizado na extensão rural

Rose Mary Gerber¹

Esta é uma narrativa sobre um processo que está sendo construído a muitas mãos, com atores sociais como técnicos e povos indígenas, homens, mulheres, jovens, idosos e crianças que, com suas diferentes formas de ver e sentir a vida, contribuem com o que está em discussão: como conseguir um novo equilíbrio socioambiental que alcance o que é chamado “sustentabilidade das terras indígenas”?

Os povos indígenas no Microbacias 2

A Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, por meio da Epagri, é a entidade governamental responsável pela execução do Projeto Microbacias 2 (MB 2) no que se refere à extensão, capacitação, assistência técnica, pesquisa, educação ambiental, geração de renda e redução da pobreza.

O MB 2 iniciou em 2002 e tem término previsto para 2008. O Projeto focaliza três dimensões do desenvolvimento rural sustentável: a social, a econômica e a ambiental. Prioritariamente, são atendidos os pequenos agricultores familiares menos favorecidos social e economicamente, os trabalhadores rurais e as populações indígenas.

Quando se fala em povos indígenas, a unidade geográfica que o MB 2 estabeleceu trabalhar é a terra indígena. Assim, uma terra pode ter mais de uma microbacia, como unidade geográfica, mas é trabalhada como o todo que a compõe, como unidade de território

indígena. Agrega-se à unidade geográfica uma referência que a extrapola, a sociocultural.

Um terreno desconhecido como desafio para a extensão rural

Diversas instituições foram ouvidas e foram realizadas duas rodadas de consultas para obter um diagnóstico da situação dos povos indígenas de Santa Catarina – xoclogue, caingangue e guarani. A primeira ocorreu em 1998 e envolveu representantes da Fundação Nacional do Índio – Funai –, do Conselho Indigenista Missionário – Cimi – e antropólogos vinculados a duas instituições de ensino universitário e pesquisa do Estado (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – e Fundação Universidade Regional de Blumenau – Furb).

A segunda rodada de consultas ocorreu entre setembro de 2001 e janeiro de 2002 e dividiu-se em dois momentos. No primeiro, com profissionais do Museu Universitário da UFSC, da Funai, do Cimi e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas – Cepin/SC. No segundo, realizaram-se três encontros com lideranças e representantes dos três povos indígenas do Estado. Desta maneira, foi construído o documento referente aos povos indígenas no MB 2, que pautou o começo das ações com estes povos.

O início das ações em campo

Após estas ações iniciais, chegou

o momento de ir a campo e construir com os indígenas os seus planos, já que o MB 2 prevê um plano para cada microbacia e terra indígena atendida.

Tais planos se baseiam em uma metodologia denominada Planejamento Estratégico Participativo (PEP) em que se discute, entre outros tópicos, a visão de futuro da comunidade, os objetivos, os pontos fortes, os pontos fracos e as prioridades. Novo espaço para considerar diferenças: se para os não-índios uma das perguntas é como gostariam que estivesse sua propriedade no futuro, para os indígenas, falar em propriedade não cabe e falar em futuro é difícil. “É longe demais”, diziam nas reuniões. A pergunta foi então alterada e desdobrada em vários tópicos: como gostariam que estivesse a aldeia, a floresta, a água e as crianças daqui a alguns anos? E assim deslançou a conversa.

Seguindo o pressuposto de relação dialógica do MB 2, os Planos de Desenvolvimento das Terras Indígenas (PDTI) aconteceram de forma diferente, por se tratar de populações diferenciadas. A oralidade, um dos valores mais expressivos para os indígenas, foi valorizada. Foi necessário um processo de adequação a estes povos: fez-se a opção de discutir em conjunto, tendo como coordenador dos trabalhos o cacique, que é a liderança cultural e política destas populações.

Como era necessário coletar informações para redigir cada plano, os técnicos da Epagri, e facilitadores em alguns casos, a pedido do

¹Assistente Social, M.Sc., Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-5676, e-mail: gerber@epagri.ret-sc.br.

cacique, foram encarregados de anotar as discussões. Para cada reunião foi composto um documento-memória, além do registro fotográfico objetivando compor a memória visual do processo de construção dos planos.

Em algumas aldeias foi feito um trabalho com as crianças no qual se pediu que desenhassem como imaginavam a terra indígena daqui a alguns anos. Este material, além de ilustrar os planos, poderá ser usado pelos professores para discutir as ações nas aldeias, já que é possível observar o que foi priorizado e a visão das crianças (Figura 1).

As prioridades dos povos indígenas e a busca da sustentabilidade

Povos indígenas e diversidade andam juntos. Diversidade porque em Santa Catarina há os povos

xoclogue (Alto Vale do Itajaí) (Figura 2), caingangue (Oeste) (Figura 3) e guarani (Litoral) (Figura 4) e porque entre um mesmo povo há formas diferenciadas de comportamento que dependem da aldeia, das lideranças que a orientam, das mudanças pelas quais a aldeia já passou e do nível de preservação cultural que busca manter.

No entanto, algumas prioridades são comuns aos três povos, o que fica visível nos PDTIs. Neste texto, são apresentados quatro exemplos:

Agricultura: “Nós temos que pensar, com essa seca, em plantas da terra, como mandioca, batata, para não passar fome no futuro”, (capitão Noé, Terra Indígena Xapecó); “Sustentabilidade é ter comida para todos da aldeia, ninguém pode passar fome”, (cacique Lauri, Toldo Pinhal, Seara, SC). Os alimentos de maior interesse são: milho, princi-

palmente os “variedade”, feijão, mandioca, batata, amendoim, arroz, pequenas hortas e pomares.

Melhoria das casas e do saneamento: “Se vier a melhoria das casas para os miseravelzinho, meu Deus!” (Maria, aldeia Paiol de Barro, Entre Rios, SC). Item número um nas aldeias e que diz respeito a uma das necessidades do ser humano: a segurança.

Floresta: “Você sabe como ver a diferença de visão entre o índio e o não-índio? Chega um não-índio aqui e diz: que tal botar umas 20 foiceiras (foices) para derrubar essa mata? E nós dizemos: daqui a uns 20 anos ali está um mato pros nossos filhos ver” (cacique Lauri, Toldo Pinhal). “O índio precisa da floresta para sobreviver” (cacique Timóteo, Terra Indígena Tekoa Marangatu, Imaruí, SC). “Quero desenvolvimento sustentável, econômico, social, ambiental, planejar repor as florestas” cacique Machado, Terra Indígena Xapecó, Ipuaçú, SC).

Água: “A água está doente e precisa cuidar dela. A água estando doente o homem fica doente, as crianças também”, diz o cacique Timóteo, da Terra Indígena Tekoa Marangatu, Imaruí.

Estas são algumas prioridades em comum que refletem uma forma de viver e de ser, mas também uma preocupação com a sustentabilidade das terras indígenas. Quando se discute agricultura, por exemplo, em muitas terras o uso de agrotóxico é algo presente e os indígenas manifestaram interesse em buscar alternativas para produzir alimentos. Por outro lado, há aldeias que primam pelo cultivo natural ou próximo ao agroecológico e pelo resgate de variedades que já não mais são encontradas. Este é o exemplo das aldeias Guarani, que dão grande valor ao milho. A mandioca, o amendoim e a batata são também importantes para os três povos.

Os resultados já alcançados

Entre os principais resultados alcançados pela Epagri e MB 2 neste processo de aprendizado com os povos indígenas, destacam-se:

- O número de indígenas é 40% ▶



Visão atual da aldeia



Visão futura

Figura 1. Desenhos feitos pelas crianças da aldeia Tekoa Marangatu, Imaruí, SC, por ocasião de elaboração do plano



Figura 2. Indígenas xoclogues, da Terra Laklãno, José Boiteux, em momento de festa e confraternização



Figura 3. Crianças caingangues, Terra Indígena Xapecó, Ipuacu, em momento de saída da escola, onde aprendem, entre outras disciplinas, a língua materna e o português

maior do que o MB 2 planejou. Do planejamento inicial de atender 5 mil indígenas, hoje estão envolvidos mais de 7 mil.

- Foram contratados oito facilitadores exclusivos para atuar em terras indígenas, quatro engenheiros agrônomos e quatro técnicos de nível médio, indo ao encontro da proposta inicial estabelecida de atuar de forma diferenciada, considerando peculiaridades de organização e de comportamento.

- Implementação de um processo de formação continuada para os técnicos, que teve seu ponto inicial em 2004, quando se realizou o “I Seminário sobre Povos Indígenas: ninguém respeita o que não conhece”, promovido pela Epagri/MB 2. Em 2005 o conteúdo contemplou antropologia, troca de experiências e o relato dos povos indígenas. Para 2006 está planejado um módulo exclusivo sobre legislação indígena.

- A conclusão de cinco PDTI, um para o povo xoclegue, dois para o povo guarani e dois para o povo caingangue. Tais documentos registram as prioridades destes

povos e orientam a atuação da Epagri e MB 2 até o ano de 2008.

- Nas aplicações do Fundo de Inversões do MB 2 em terras indígenas já é possível encontrar casas e banheiros melhorados, mudas de espécies nativas e frutíferas plantadas, colmeias instaladas e algumas lavouras revitalizadas, prioridades levantadas nos planos.

O que os povos indígenas esperam

Neste contexto, os técnicos da área agrícola têm um papel essencial, pois os indígenas esperam que estes profissionais discutam com eles e que contribuam com a busca por alternativas que tornem suas terras sustentáveis. Uma compreensão maior do técnico sobre estes povos é necessária, haja vista que os contextos culturais são distintos. Há necessidade de um diálogo baseado no respeito às diferenças e na busca de um novo equilíbrio entre saberes e atores sociais.

As perguntas que os indígenas fazem: Como cultivar nestas terras? Como produzir em quantidade e

qualidade para todos? A extensão rural está à frente de um grande desafio: encontrar alternativas junto aos povos indígenas que já perderam suas formas tradicionais de cultivo e resgatar variedades que já não são mais encontradas para aqueles que mantêm cultivos sem agroquímicos. Assim, é possível montar um banco de sementes que contribuirá com a segurança alimentar que estes povos querem.

O desafio está posto. O MB 2 e a Epagri têm claro que são pequenos frente à complexidade existente, têm claro que a diversidade é um potencial e que é necessário buscar outros saberes e outras parcerias para ter maiores chances de sucesso. Os indígenas estão cansados, segundo eles, das inúmeras idas de “gente de fora” às aldeias querendo dizer-lhes o que fazer. Por outro lado, ouvimos: “É a primeira vez que um projeto vem perguntar o que a gente quer e não vem dizer o que a gente deve fazer. O Microbacias 2 está ouvindo a gente” (cacique Timóteo). Os indígenas têm claro o que querem e o que necessitam. Querem saber como fazer melhor. Nas ações do cotidiano junto às aldeias estão surgindo sugestões para mudanças. E assim está sendo construído o “como atuar” com os povos indígenas: dialogando e buscando um consenso em meio a diferenças e dificuldades.

Referências bibliográficas

1. BUOGO, G.; GERBER, R.M. *Estratégia para as populações indígenas: Microbacias 2*. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, 2002.
2. GERBER, R.M. Participação interativa – uma análise crítica do processo na Epagri. *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, v.14, n.2, p.51-2, Jul. 2001.
3. GERBER, R.M. Entre eles e ‘os de fora’ – A ética nossa de cada dia. *Revista Grifos*, Chapecó, n.15, p.233-238, Nov. 2003.
4. MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 8.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2003. 118p.



Figura 4. Índios guaranis, da aldeia Tekoa Marangatu, Imaruí, em ensaio musical e confeccionando artesanato tradicional